

Divida Externa Dauster explica o acordo no Senado

12 ABR 1991 JORNAL DA TARDE

O embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa, reúne-se hoje com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), os líderes dos partidos e o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Raimundo Lira (PFL-PB), para dar início aos entendimentos políticos sobre o acordo firmado pelo governo com os bancos credores para o pagamento dos juros atrasados, calculados em US\$ 8,5 bilhões.

Na próxima quarta-feira, Dauster e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, vão explicar o acordo e o processo de toda a negociação com os credores aos 54 senadores que integram a comissão. Só após esse encontro o governo enviará oficialmente a minuta do acordo ao Senado, para que a comissão aprecie e vote a proposta. Se for aprovada pela comissão, a minuta do acordo transforma-se em projeto de resolução, permitindo ao Executivo concretizar os pagamentos.

“Sinto que o clima no Senado está positivo para apreciar o acordo da dívida”, avaliou Raimundo Lira. “A maioria dos senadores entende que o pagamento dos atrasados é condição importante para que o País tenha acesso a financiamentos de organismos internacionais.”

Otimista, Jório Dauster de-

clarou ontem que são boas as expectativas no Senado. “A receptividade está sendo positiva.” O embaixador esclareceu que foi concluída a primeira etapa da negociação e que, a partir de agora, o governo formalizará o acerto com os credores. “Essa segunda etapa é mais demorada e complicada, porque envolve aspectos jurídicos.”

Acordo razoável

O líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), disse que, em princípio, achou o acordo “razoável”. O importante, segundo ele, é o governo explicar na comissão a capacidade de pagamento dos juros atrasados, ou seja, se o acordo não prejudicará as reservas internacionais. O senador paulista quer saber ainda se o pagamento dos juros - cuja primeira parcela, de US\$ 2 bilhões, será efetuada até o final do ano - vai obrigar o governo a emitir bônus do Tesouro.

Em linhas gerais, segundo o senador Raimundo Lira, o acordo não pode ferir a Resolução nº 82, aprovada pelo Senado em 1990. Por ela, o Brasil precisa ter, no mínimo, o equivalente a quatro meses de importação (US\$ 4,8 bilhões) de reservas cambiais ao efetuar qualquer pagamento externo.